

MOBILIZAÇÃO E CONFLITO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO PARÁ¹

Sandolene do Socorro Ramos Pinto; Heribert Schmitz

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as mobilizações e os conflitos sociais em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Campo da Mangaba, município de Maracanã, no Pará. Na pesquisa foram utilizadas as técnicas de observação direta e entrevistas nas comunidades que fazem parte do Campo da Mangaba e na sede municipal. As conclusões mostram que as mobilizações começaram em decorrência de conflitos sociais pelo uso dos recursos naturais e pela posse da terra, os quais colocavam em risco a sobrevivência das denominadas populações tradicionais, que praticam o extrativismo vegetal e animal, além da agricultura. Os conflitos levaram à mobilização dos extrativistas, mediada pela ação das lideranças. A mobilização em favor da implantação da reserva desencadeou novos conflitos, o que contribuiu para criar a coesão do grupo em torno do objetivo comum e conquistar a RDS. Palavras-chave: Mobilização; Conflito social; Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

MOBILIZATION AND CONFLICT IN THE PROCESS OF SETTING UP A CONSERVATION AREA IN PARÁ STATE, BRAZIL

ABSTRACT

The aim of the paper is to analyze the mobilizations and the social conflicts around the creation of a Sustainable Development Reserve (SDR) in the Mangaba Field, municipality of Maracanã, State of Pará, Brazil. In the research was carried out direct observation and interviews in the communities that are part of the field and in the centre of the municipality. The research outputs show that the mobilizations started due to social conflicts over the use of natural resources and land tenure that put at risk the survival of so-called traditional populations who practice plant and animal extraction, as well as agriculture. The conflicts led to the mobilization of the people of the Mangaba Field mediated by their leaders. The mobilization in order to implement the reserve, in turn triggered new conflicts, which helped to create group cohesion around the common goal and to win the SDR.

Keywords: Mobilization; Social Conflict; Sustainable Development Reserve.

1 Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, Belém, PA, bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas foram implantados vários tipos de unidades de conservação (UC) no Brasil com o objetivo de unir a conservação dos recursos naturais com a reprodução social dos povos e comunidades denominadas tradicionais². Existem duas categorias de unidades de conservação: uma, denominada *de proteção integral*, não permite a intervenção antrópica, mesmo que haja pessoas morando no interior das áreas em questão; outra, chamada *de uso sustentável* prevê a manutenção de moradores nesses locais, sendo protegidos os conhecimentos tradicionais desses povos junto com os recursos naturais pertencentes aos espaços conservados. A Reserva Extrativista (Resex) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) estão incluídas na categoria *de uso sustentável*. Todas essas reservas são reguladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação Sistema (Snuc), instituído pela lei n.º 9.985/2000 (Brasil, 2000).

Inicialmente predominaram as UC de proteção integral, muitas vezes implantadas em áreas onde residiram há muito tempo grupos de agroextrativistas, como nos Lençóis Maranhenses (Moura, 2012), que perderam nessas áreas sucessivamente os direitos de acesso aos recursos naturais³. Nas últimas décadas, têm sido criadas preferencialmente UC de uso sustentável, considerando-se que a biodiversidade não é só um produto da natureza, mas em muitos casos também produto da ação humana, um resultado das práticas rotineiras das populações residentes no seu entorno (Diegues; Arruda, 2001). Uma das modalidades é a RDS, definida no artigo 20 da Lei n.º 9.985, como uma área natural destinada ao abrigo das populações tradicionais cuja sobrevivência é baseada em “[...] sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (Brasil, 2000).

A modalidade RDS foi criada como resultado da luta de ambientalistas em torno do pesquisador Márcio Ayres, conhecido por sua pesquisa sobre o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*), os quais não concordaram em proteger os animais em detrimento da população local. Por isso, a primeira UC desse tipo implementada foi a RDS de Mamirauá (AM), em 1996, que pretendia aliar a ideia da preservação ambiental à garantia da reprodução social dos seus usuários que residem, em geral, há muito tempo na área protegida.

Diferentemente da criação da primeira Resex do Brasil, a Resex Alto Juruá, criada no Acre, em 1990, ou da Resex “Verde para Sempre”, no Pará, decretada em 2004, ambas resultado da luta dos extrativistas (Cunha, [2001?]; Moreira, 2008), em muitas outras reservas nem sempre se registram mobilizações dos usuários ou da população do município para alcançar a sua criação. O papel de ambientalistas ou dos órgãos competentes nesse processo é, frequentemente, predominante. Autores, como Costa (2014), Lobão (2006) e Mattos (2008), destacam criticamente que as Resex (marinhas) foram criadas sem a participação efetiva dos usuários e que elas não são uma resposta à demanda socialmente construída dos povos e comunidades denominadas tradicionais. Lobão, que estudou cinco reservas marinhas extrativistas, também no Pará, e mais duas outras unidades de conservação afirma:

São convidados a ingressar em um novo universo cognitivo, mas desde que o façam de forma subalterna, sem poder tornar-se senhores de seus próprios des-

2 “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

3 Foi até cunhada a expressão “refugiados da conservação” (*Conservation Refugees*).

tinios. Os instrumentos mais comuns neste aprisionamento são a construção de identidades de fora para dentro, a ressignificação de seus lugares como Unidades de Conservação ou Áreas Protegidas sob a égide do Meio Ambiente e submissão aos ditames do Desenvolvimento Sustentável (Lobão, 2006, p. 18).

Ferreira (2004), que estudou mudanças sociais e conflitos em áreas protegidas na Amazônia e na Mata Atlântica, explica:

As UCs brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores (Ferreira, 2004, p. 52).

Com o objetivo de conservar uma vasta área “[...] contínua de manguezais que, em termos comparativos nacionais e internacionais, está relativamente bem conservada [...]” (Silva Júnior et al., 2014, p. 4), o litoral paraense foi parcialmente transformado em área protegida por meio de doze reservas extrativistas marinhas, com aproximadamente 339.890 hectares. Nessa região do litoral paraense, está localizado também o município de Maracanã, onde o extrativismo animal e vegetal é uma atividade importante e, em 2002, foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (REMM) para proteger as áreas alagadas, como os manguezais e as áreas marinhas, com uma área de mais de 30.000 hectares. Em comparação com as reservas extrativistas florestais, essa área é relativamente pequena⁴, mas ela contempla principalmente o território da marinha com as áreas de mangue – as áreas mais sensíveis –, muito importantes para a reprodução da fauna.

A maioria dos usuários não mora na reserva, senão no entorno, uma característica das reservas extrativistas marinhas. O entorno da REMM abriga, além da sede do município, 75 comunidades com cerca de 1.500 famílias, o que significa que mais de 5.000 usuários vivem e sobrevivem dos recursos naturais explorados na área da reserva. As atividades desenvolvidas pelos moradores concentram-se no extrativismo animal (peixe, caranguejo) e vegetal e na agricultura. A vegetação da reserva e do entorno é composta de mata de terra firme, florestas secundárias, vegetação de várzea e manguezais (Barbosa; Schmitz, 2010). O entorno da reserva é considerado uma zona de amortecimento⁵.

Uma parte do entorno, uma área de terra firme de 3.571 hectares, é denominada Campo da Mangaba. Trata-se de uma área onde predomina o ecossistema campo cerrado com a ocorrência de remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) e de outras espécies vegetais, como o bacuri (*Platonia insignis*) e o muruci (*Byrsonima crassifolia*), que são impor-

4 A Resex Alto Juruá (AC) tem uma superfície de 537.946,47 hectares e a Resex Verde para Sempre (PA) de 1.289.362,78 hectares. Esse tipo de Resex visa conservar, principalmente, a floresta, e está localizado, sobretudo, em terra firme.

5 No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por zona de amortecimento “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (art. 2, XVIII, da Lei n.º 9.985/2000). A Zona de Amortecimento visa atenuar os conflitos entre, por um lado, o uso de recursos naturais e as atividades econômicas e, por outro, a proteção de uma unidade de conservação. No entanto, muitas vezes, a Zona de Amortecimento não está demarcada segundo critérios ecológicos ou sociais, mas simplesmente definida como uma faixa de 10 km ao redor da unidade de conservação (Brasil, 2000).

tantes componentes, tanto para a alimentação, quanto para a comercialização. Dez comunidades são relacionadas ao campo e estão localizadas dentro dele ou à sua margem. Nessas comunidades, moram 388 famílias, com um total de 1.753 pessoas que vivem do extrativismo e, em pequena escala, da agricultura (Fernandes, 2011; Lima; Bordalo; Pimentel, 2009; Oliveira; Pereira; Paes, 2007; Pinto, 2016; Schmitz et al., 2007, 2010b).

A área tem sido alvo de investidas exploratórias que ameaçam a conservação e ocasionam a perda da biodiversidade, além de afetar diretamente a sobrevivência das populações ali residentes, uma vez que, durante a safra, utilizam os frutos da mangabeira e de outras espécies como importante componente alimentício e de melhoria da renda familiar. Há ocorrência de “[...] ocupação desordenada, derrubada da vegetação nativa para plantio de espécies exóticas, queima constante na área na época de estiagem, etc [...]” (Pará, 2013, p. 13), além de utilização intensiva de recursos naturais como a retirada de areia e seixo.

Nessa área, conflitos movidos por diferentes interesses têm sido deflagrados desde a década de 80 do século XX, envolvendo a utilização da área e de seus recursos naturais. Desde 2007, os moradores e usuários têm feito mobilizações pela criação de uma unidade de conservação, na categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas⁶. O fato de optar pela criação de uma nova UC mostra a incerteza dos usuários e dos moradores no entorno da REMM referente ao significado e à extensão da zona de amortecimento diante da insegurança e dos conflitos sobre o que é permitido ou não nessa zona⁷. Contribui para isso o conflito institucional, porque a REMM está sob a gestão da União, enquanto o entorno está sob o domínio do Estado do Pará.

Constatam-se também experiências de mobilização de usuários para a criação de reservas por causa da preocupação com a destruição do mangue e a exploração predatória do caranguejo, como em Bragança (PA). Catadores de caranguejo e universitários que estudaram o ecossistema engajaram-se com o apoio da Igreja Católica para a implantação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, nesse município, conquistando apoio político. Além disso, essa mobilização influenciou na criação simultânea de reservas extrativistas marinhas em Traquateua, Augusto Corrêa e Viseu, no litoral paraense (Costa, 2014; Schmitz et al., 2010b).

Em escala maior, Porro, Mota e Schmitz (2010) descrevem a emergência de movimentos de mulheres, que lutam pelo reconhecimento como grupos culturalmente diferenciados, favorecidos pela existência de uma política nacional afirmativa relacionada às populações denominadas tradicionais, sendo sua identidade coletiva fundada no extrativismo. O Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) teve na sua origem o apoio da Igreja Católica, na década de 80 do século XX, e contou com apoio de organizações da sociedade civil na formação das suas lideranças. No caso do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe, foi a ação de pesquisadores que reuniu um número significativo de mulheres extrativistas no I Encontro das Catadoras de Mangaba, em 2007, e que foi o ponto inicial para a luta pelo acesso livre aos recursos naturais, as mangabeiras, que as sustentam. Em ambos os casos, as mobilizações foram estimuladas pela ameaça ao modo de vida das extrativistas pela privatização das áreas de uso comum. Entre as bandeiras, encontraram-se a defesa do acesso aos recursos naturais nas áreas que elas denominam de babaçuais libertos e a “Lei do Babaçu Livre”, no caso das quebradeiras, e a implementação de reservas extrativistas, no caso das catadoras, que

6 Nessa pesquisa, adota-se a expressão “Campo da Mangaba” quando se faz referência à denominação da área e utiliza-se “Campo das Mangabas” por ser o nome atribuído à Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

7 Mesmo no âmbito jurídico, existe incerteza sobre esse tema, especialmente sobre a zona de amortecimento e a área circundante, como mostra o título de um artigo sobre o tema: “Área circundante e zona de amortecimento das unidades de conservação da natureza: institutos jurídicos distintos?” (Maia Neto, 2010). O gestor da REMM, em entrevista no dia 5 de novembro de 2015, afirmou que “a zona de amortecimento da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã não está definida por não existir ainda o plano de manejo”.

ainda não se realizou. Diferentemente da visão de Olson (1965) e Hardin (1968) que consideram pouco provável a ação coletiva para a conservação de recursos de uso comum, os protagonistas destes movimentos partiram do pressuposto que as populações locais possuíam capacidade da gestão comunitária dos recursos e seriam capazes de excluir externos que não contribuiriam para a sua manutenção.

Dada a problemática apresentada, o objetivo do artigo é analisar as mobilizações e os conflitos sociais que se desenvolveram em torno da criação de uma RDS no Campo da Mangaba, desde 2007. Conflitos sociais estão também na base dessa ação coletiva⁸. A pesquisa foi movida pelo interesse na rara oportunidade de acompanhar uma mobilização de extrativistas para a criação de uma unidade de conservação, movimento que parece contrário à imposição da UC, conforme registra uma parte da literatura.

1. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Maracanã, na sede municipal e nas dez comunidades que ficam dentro ou no entorno do Campo da Mangaba. O município está localizado no Norte do Brasil, Nordeste Paraense, Região do Salgado, a 170 quilômetros da capital Belém. A área territorial do município é de 781 km², e a população estimada foi de 28.656 habitantes, em 2010 (IBGE, 2010).

A dinâmica econômica tanto da sede do município como das comunidades demonstra a importância do uso dos recursos naturais e de sua proteção por regras aceitas pelos usuários. Objetivando a proteção ambiental, já existem duas UC no município: a Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, criada em 1990, e a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, criada em 2002, visando resguardar e controlar o uso da biodiversidade marinha.

O estudo segue uma abordagem predominantemente qualitativa, com a coleta de dados primários e secundários. Os dados primários foram reunidos por meio de observações *in loco* e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Foram realizadas 40 entrevistas, das quais 36 nas 10 comunidades dentro ou na margem do Campo da Mangaba, área onde será criada a RDS (Aricuru, Beira Mar, Campo Alegre, Espírito Santo, Martins Pinheiro, Nova Brasília, Passagem, São Sebastião do Itaquerê, São Tomé e Vista Alegre). Além disso, foram entrevistadas três lideranças na sede do município e um funcionário do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), em Belém, anteriormente idealizador da proposta na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA). Na escolha dos entrevistados tivemos a preocupação de incluir tanto pessoas interessadas quanto indiferentes à mobilização.

Como em outros grupos camponeses na Amazônia, a simultaneidade de atividades pontua o modo de vida, pois a maioria dos entrevistados pratica atividades como a pesca, a coleta de mariscos (mexilhão, caranguejo, camarão, etc.), o extrativismo vegetal (mangaba, bacuri, etc.) e a agricultura (milho, arroz, feijão e mandioca), além de manter um quintal e um pomar⁹. Assim, podem ser considerados pluriativos.

Como outros povos e comunidades tradicionais, a exemplo de grupos quilombolas na Ilha de Marajó, descritos por Cardoso, Schmitz e Mota (2010) ou das catadoras de mangaba em Sergipe (Mota et al., 2011), os moradores do Campo da Mangaba possuem regras consue-

8 Segundo Tilly (1981, p. 17), a ação coletiva “[...] consiste em todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”.

9 Nas entrevistas, “[...] a agricultura de base familiar foi citada por 29 dos 36 entrevistados, a pesca foi indicada por 28 pessoas, o extrativismo por 30, a aposentadoria por 9 informantes e o funcionalismo público por 4 dos participantes da pesquisa” (Pinto, 2016, p. 64).

tudinárias que orientam as práticas da população local em relação aos recursos naturais. Estas regras estão na sua memória, se formaram ao longo do tempo e, em geral, não são oriundos de um acordo negociado. Constituem uma ordem local que está entrelaçada com outras ordens, principalmente as ordens instituídas no âmbito do Estado. Como são a expressão do poder de determinados grupos, elas favorecem de forma específica as diferentes categorias sociais, podendo resolver ou acentuar os conflitos entre os mesmos. Distintas compreensões destas ordens podem estar também na base de conflitos relacionados à apropriação dos recursos naturais.

2. MOBILIZAÇÃO E CONFLITO SOCIAL

A literatura sobre o tema mostra o conflito como parte integral da vida social, tanto nas relações entre indivíduos, como entre organizações. Formas características da manifestação do conflito são a luta como confrontação aberta e a concorrência como uma forma específica da disputa. A Georg Simmel (1983 [1908]) é atribuído o mérito de ter tratado o conflito na sua multiplicidade como um fenômeno “positivo” da vida social, um elemento do regulamento social. O conflito teria a capacidade de construir importantes momentos de interações, que seriam propulsores para desencadear transformações sociais, ao ocasionar em determinadas situações a coesão de pessoas e grupos em torno de um interesse ou objeto comum ou da divergência entre eles. A disputa unifica os adversários em torno de um objetivo comum. Simmel vê no conflito não apenas a unidade entre os adversários (díade), mas também o mérito de introduzir no jogo o papel do terceiro (tríade). O terceiro ganha uma importância especial no caso da concorrência: dois adversários ou concorrentes esforçam-se para conquistar o favor do terceiro. Na concorrência, há um caso particular da união, sua característica é a luta indireta (Schmitz et al., 2010a).

Glasl (1997) ressalta que o conflito ocorre não apenas por um fator isolado, mas é desencadeado por várias causas. O autor entende o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim que a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social.

Conflitos existem em todas as “[...] esferas da vida humana [...] – e entre todos os tipos de relações humanas [...]” (Little, 2001, p. 107). Podem surgir de questões ambientais, pelo uso da terra, pelo acesso e uso de recursos naturais; caracteriza-se por “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”.

Para Melucci (1996, p. 289), “[...] a mobilização é o processo pelo qual um ator coletivo reúne e organiza os seus recursos para a promoção de um objetivo comum contra a resistência de grupos contrários a esse objetivo”. A mobilização, segundo esse ator, está diretamente ligada a um processo de resistência num conflito social. Uma condição para a mobilização é a formação de uma visão comum sobre os temas centrais em questão, muitas vezes, a mobilização é promovida por lideranças, mediadores, igrejas e movimentos por meio de um processo com uma perspectiva cognitiva e, parcialmente, emocional, denominado *framing*¹⁰. Outro aspecto, estreitamente ligado à mobilização é a formação de uma identidade coletiva. Segundo Melucci (1995), existe uma carência de pesquisas em âmbito microsocial para estudar o processo de formação de um ator coletivo e determinar os fatores que contribuiriam para esse processo. Seguindo as sugestões de Melucci, o foco deste artigo é identificar, em âmbito microsocial, os motivos individuais para se engajar numa ação coletiva e os interesses dos representantes das organizações locais em apoiar essa iniciativa.

10 O termo *frame* foi traduzido como “quadro interpretativo” (Tarrow, 2009).

3. CONFLITOS ANTERIORES À MOBILIZAÇÃO

Vários conflitos sociais pelo uso dos recursos comuns e pela posse da terra no Campo da Mangaba antecederam a mobilização para a criação de uma RDS no Campo da Mangaba, em diferentes momentos, que enquadrámos em quatro tipos diferentes: conflitos pelos recursos naturais, conflitos pela terra, conflitos por causa de loteamento e conflitos pelo uso dos recursos naturais.

a) Um conflito pelos recursos naturais ocorreu quando houve a derrubada com tratores e correntes da vegetação nativa de uma parte do Campo da Mangaba, principalmente árvores de mangabeiras, bacurizeiros e murucizeiros. Essa ação foi promovida, na década de 80, por uma empresa de Belém chamada Gelar, que, segundo informações, na época do conflito havia arrendado o campo do governo do Estado do Pará. Essa empresa utilizou os trabalhos de uma parte da população, com o objetivo de realizar o plantio de coco no campo (*Cocos nucifera* L.). A partir desses acontecimentos foram registrados o descontentamento com essa situação e uma revolta por parte dos moradores que não trabalhavam para a empresa. Segundo os moradores, essa revolta chegou à escala de confronto aberto quando parte dos moradores queimou e arrancou as mudas de coco (Schmitz et al., 2007). Outros moradores envolveram-se num conflito indireto, colocando no Campo da Mangaba faixas com mensagens ameaçadoras dirigidas não só aos adversários, mas também ao público em geral. Como relataram os entrevistados, houve momentos de muita tensão e a divisão entre os moradores – os que eram contra o plantio realizado pela empresa e os que eram favoráveis. Apesar de decorridos vários anos após esse conflito, o episódio foi lembrado por vários entrevistados, explicando que naquela época uma parte do campo foi destruída, mas que a vegetação depois de um tempo brotou novamente. Citaram que foram momentos de coação e de receio de serem expropriados. O conflito acabou com a falência da empresa no fim dos anos 80 do século XX, e os coqueiros não se adaptaram às características daquele ecossistema.

b) Um conflito pela terra envolveu, de um lado, os moradores das comunidades, principalmente da comunidade Espírito Santo, e, do outro, um fazendeiro do Rio Grande do Sul. Começou quando esse fazendeiro instalou-se na área, como proprietário de 500 ha do Campo da Mangaba. Ele cercou a área e proibiu aos moradores de atravessar as suas terras. Assim, o acesso às partes do campo que concentravam mais mangabeiras e o caminho para o manguezal ficaram impedidos, fato que causou revolta nos moradores. Esse conflito acirrou-se, quando, em 2008, o fazendeiro tentou impedir que um dos moradores construísse uma casa, afirmando que o terreno estava em sua propriedade. Os moradores reagiram procurando seus direitos “[...] então pedimos ajuda das irmãs da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Eu era a representante da comunidade, por causa disso fomos chamados na delegacia, mas ganhamos pelo usucapião” (B. D., 48 anos, comunidade Espírito Santo), pois o fazendeiro não comprovou ser dono da terra, e o morador conseguiu construir a casa. O fazendeiro foi embora e, por enquanto, desistiu de investir nessa área. Deixou uma pessoa tomando conta do terreno.

c) Conflitos por causa de loteamento surgiram a partir da entrada no campo de pessoas vindas de outras cidades próximas ou até mesmo de Belém, que chegaram às comunidades, delimitaram áreas e apossaram-se de lotes de terras para construir casas ou para venderem os terrenos. Essa situação foi explicitada em praticamente todas as dez comunidades visitadas. Essa atuação ocorre na maior parte dos casos por pessoas de fora das comunidades, mas foi relatado que alguns moradores do campo também demarcaram terrenos para vender. Segundo Barbosa (2011, p. 71), um dos conflitos recorrentes refere-se aos “[...] loteamentos ilegais. Aliás, é importante salientar que os próprios moradores que sobrevivem do campo podem envolver-se na venda desses lotes”. Nesse caso, além das cercas, os moradores relataram a existência de

placas advertindo sobre a proibição que geralmente é transgredida pelos moradores, pois precisam passar pelos terrenos para coletar a mangaba.

d) Conflitos pelo uso dos recursos naturais ocorrem por causa dos recursos naturais do Campo da Mangaba, principalmente a coleta de mangaba e de bacuri, da retirada de areia e de seixo, na perspectiva discutida por Little (2001). Por um lado, envolvem moradores das comunidades que praticam o extrativismo vegetal voltado para o sustento de suas famílias e a comercialização em pequena escala apenas para satisfazer suas necessidades e usam areia e seixo na construção de suas casas. Por outro lado, existem usuários externos vindos de outros lugares ou municípios próximos em busca desses recursos para a comercialização em Maracanã e em outros municípios, como Castanhal, Salinas e Belém. Essas duas formas de uso dos recursos naturais demonstram a existência de interesses opostos que, segundo os moradores locais, colocam em risco a sobrevivência do ecossistema. A coleta e o manejo inadequados são feitos, tanto por uma parte dos moradores, como por usuários externos, que, na ânsia de coletar uma quantidade que satisfaça suas necessidades, retiram os recursos sem os devidos cuidados com as plantas. “O conflito é gerado pelo mau uso dos recursos do campo, como o bacuri e a mangaba. Existem pessoas que não sabem fazer bom uso das frutas, estragam” (E. M., 23 anos, comunidade de Campo Alegre). O mesmo se aplica à areia e ao seixo; com a retirada descontrolada, há o desequilíbrio do ambiente, o que causa problemas. Nesse tipo de conflito, insere-se a questão das queimadas, que ocorrem anualmente durante a estiagem e justamente no período da safra de mangaba. Os interlocutores disseram desconhecer a origem dessas queimadas, se são provocadas por alguém ou se ocorrem acidentalmente: “Sei que existe um conflito em relação à questão do fogo no Campo da Mangaba. Mas não sei se é acidente da natureza por causa da seca ou se alguém coloca o fogo por que quer [...]” (D. B., 36 anos, comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

Nos casos analisados, mesclam-se as diferentes formas do conflito, conflito direto e indireto (concorrência) (Simmel, 1983 [1908]). A maioria dos conflitos não envolve confrontações diretas, trata-se de um nível baixo de escalção. Os conflitos têm uma dinâmica própria com variações em sua forma e em sua intensidade expressa pelo grau de escalção. A escalção significa que o conflito aumenta na sua tensão e em seus efeitos, o que pode ser tipificado numa escala de diferentes estágios. Os únicos casos que criaram uma revolta com reações da população foram a devastação do Campo da Mangaba pela empresa Gelar, nos anos 80 do século XX, e as proibições de um fazendeiro, que não provou ser dono da terra, nos anos 2000.

Os conflitos descritos envolveram atores com posicionamentos diferentes em relação ao uso dos recursos naturais; como consequência, ocorrem problemas relacionados à diminuição desses recursos e do acesso à terra. A maioria dos entrevistados citou desentendimentos e conflitos entre usuários internos e externos e a preocupação em relação ao livre acesso e a agressões ambientais que têm aumentado nos últimos anos o quadro de degradação e de conflitos, sendo esses os motivos da mobilização em curso.

A continuação da situação conflitiva por tanto tempo e o surgimento de novas ameaças criaram um clima propício à reação. Faltaram ainda a oportunidade adequada, a ideia sobre o que fazer e a coragem de enfrentar oponentes.

4. AS MOBILIZAÇÕES NO CAMPO DA MANGABA

Diante do cenário de conflitos acumulados, descrito acima, surgiram mobilizações dos usuários como um processo de resistência num conflito social (Melucci, 1996). Decisivo foi o conflito com o fazendeiro na área do campo que começou já antes da proibição da construção

da casa com o impedimento do acesso aos recursos naturais. Outro motivo foram as queimadas e a ideia da proteção por meio do replantio de árvores na área. As mobilizações começaram em 2007, quando representantes da CPT e da Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Aricuru (APEAGA) encaminharam ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) uma solicitação pedindo esclarecimentos sobre a localização do Campo da Mangaba em relação à Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. Em decorrência dessa iniciativa, deu-se o envolvimento da SEMA-PA – a área pertence ao Estado do Pará – e a elaboração da proposta da criação de uma RDS, avaliada como a modalidade mais adequada pelos técnicos da SEMA-PA. A partir desse momento, foram desenvolvidas várias ações coletivas em apoio à proposta como objetivo comum do grupo.

O foco inicial dessa mobilização foi a comunidade de Aricuru, local de origem de uma das freiras, que se destaca pelo grau de organização, resultado de um trabalho de longa data, sobretudo pela atuação das freiras da CPT. A mobilização estimulou a organização dos defensores da proposta nas outras comunidades, especialmente em Espírito Santo, onde o extrativismo vegetal é essencial para a sobrevivência, e levou à formação de um “grupo de apoio” da causa. Esse grupo desencadeou uma série de ações coletivas, dentre as quais se destaca o mutirão para conter as “agressões ambientais” ao Campo da Mangaba. As principais atividades desse mutirão foram a preparação de mudas e o manejo e o replantio das mangabeiras para manter “o campo vivo”.

Como analisou Olson (1965) no seu livro sobre “a lógica da ação coletiva”, nesse caso também nem todos os usuários apoiaram essa campanha, porque, uma vez que é alcançado pela ação de um grupo engajado – em geral, uma minoria –, o benefício não pode ser negado aos outros moradores. Para explicar porque não participaram, os entrevistados apresentaram argumentos como os seguintes: “Deus deixou as mangabeiras para nós; a planta não precisa de mão de homem, precisa só respeitar; a natureza cuida; não participo muito de reunião; não sei o que é o mutirão, o pessoal de Aricuru deixou mudas, não sei se vieram”. Isso mostra que uma parte dos moradores não se apropriou ativamente da causa e ficou na dependência de incentivos do “grupo de apoio”.

Uma questão difícil é a proteção das plantas contra o fogo que, segundo os moradores, ocorre quase todos os anos no campo. Mas nenhum dos entrevistados soube informar se as queimadas são acidentais ou propositais. Como em muitas outras regiões, a proposta para resolver essa questão prevê um longo trabalho de conscientização que enfrenta frequentemente os argumentos de que o fogo faz parte desse ecossistema e de que, especialmente, as mangabeiras resistem contra as queimadas. “Uma das coisas que a gente aprende com elas é a resistência” (S. F., 42 anos, liderança da comunidade de Aricuru). Outros interesses escondidos podem ser a causa: incentivar a brota do capim para o pastejo de animais; inviabilizar o Campo da Mangaba como uma área de proteção para intensificar a exploração ou a venda da terra. Esses motivos dificilmente são desvendados por meio de entrevistas.

Os moradores que participam das atividades para proteger o Campo da Mangaba mostram a sua preocupação com as regras consuetudinárias, dizendo que “não quebram galho”, “não apanham verde” e “imaginam ainda o sofrimento das árvores com as queimadas”. O mutirão para “manter o campo vivo” que começou em 2007 segue um planejamento anual e contribui para plantar entre 1.000 e 1.500 pés de mangabeira cada ano. Além disso, as ações incluem encontros, palestras e reuniões dos envolvidos, reforçando assim a mobilização.

Nesse caso, pode ser observado o lado positivo do conflito que incentivou a organização e as ações ambientais entre os moradores do Campo da Mangaba. Nessas ações, os mora-

dores tiveram o apoio da CPT, da APEAGA, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)¹¹ e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Maracanã.

A principal atividade do “grupo de apoio” era informar os moradores das 10 comunidades do Campo da Mangaba sobre a proposta da criação da RDS e tirar dúvidas relacionadas às eventuais consequências dessa transformação do campo. Além dos moradores das comunidades participaram representantes da CPT, da APEAGA, do CPP, do STTR e da SEMA-PA.

Foi realizada uma Consulta Pública pela SEMA-PA na sede do município, em setembro de 2013, com o objetivo de apresentar os estudos técnicos que embasaram a proposta de criação da RDS, promover debates e esclarecimentos e efetivar a votação da proposta. Participaram organizações e lideranças locais, moradores das comunidades do Campo da Mangaba e autoridades municipais. A proposta da criação da RDS foi aprovada pelos cerca de 200 moradores e representantes de organizações.

Iniciativas das comunidades são encontradas em outros processos de criação de UC. Cita-se como exemplo o caso da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, em Bragança, criada em 2005. Segundo Peres (2011), as reivindicações e iniciativas da população local foram suscitadas pela preocupação com a proteção do território. Há registros também de mobilização social das comunidades locais no processo de criação da RDS do Rio Madeira, criada em 2006, no Estado do Amazonas: a “demanda de criação da RDS partiu da comunidade do Lago Preto no município de Novo Aripuanã” (Andrade, 2011, p.21).

Durante os levantamentos de campo, observamos que as representantes da CPT no município de Maracanã desempenharam nas comunidades o papel importante de articuladoras e motivadoras da mobilização pela proposta de criação da RDS. As reuniões e os encontros foram realizados nas comunidades da área prevista para ser transformada em UC, no período de 2007 a 2013.

Apesar da realização das reuniões, dos encontros e da Consulta Pública, na prática, segundo alguns entrevistados, essas ações não esclareceram para todos envolvidos o que é uma RDS e quais os motivos para essa proposta. Existem dificuldades de compreensão e desinteresse por uma parte da população. O desconhecimento e a dificuldade de entender o assunto afastam uma parcela dos comunitários e, conseqüentemente, enfraquecem as mobilizações. A participação por si mesma não é suficiente, como observado, por exemplo, no processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Na análise da participação e da compreensão durante esse processo, enfatizou-se que “[...] as reuniões realmente ocorreram, mas o grau de entendimento e de participação dessas pessoas é questionável” (Costa, 2014, p. 127).

Após a realização da Consulta Pública em 2013, no entanto, não houve mais relatos de reuniões em prol da RDS, o que mostra que as mobilizações aparentemente estagnaram. Essa ausência de pressão pode influir diretamente na efetivação da proposta, pois a organização das comunidades locais é uma estratégia importante para impulsionar os passos que faltam para a implantação da UC. Os discursos em Maracanã demonstram uma preocupação em relação ao tempo decorrido desde o início do processo: “Acho que em oito anos já é tempo suficiente, acho que tem alguma coisa amarrando, falaram que só faltava a assinatura do governador” (M. C., 51 anos, liderança da comunidade Aricuru).

As opiniões sobre essa demora divergem em vários aspectos; alguns chamaram a atenção para a burocracia na criação das unidades de conservação, enquanto outros a consideraram normal nesse tipo de processo. Segundo alguns dos entrevistados, o enfraquecimento nas mobilizações, aliado ao desinteresse e à falta de empenho dos poderes Executivo e Legislativo e de

11 Pastoral criada em Olinda (PE), na década de 60 do século XX, que foi constituída na região Norte em 1989.

uma parte das pessoas que residem nas comunidades da futura RDS aparecem como possíveis entraves para a efetivação da proposta.

No entanto, no dia 20 de junho de 2016, foi oficializada a criação da RDS Campo das Mangabas, com uma extensão de 7.062 hectares, abrangendo o ecossistema Campo da Mangaba e parte de seu entorno¹².

5. CONFLITOS POR DIVERGÊNCIAS SOBRE A CRIAÇÃO DA RDS

Além dos conflitos e disputas pelo uso dos recursos naturais e pela posse da terra no Campo da Mangaba, observados desde a década de 80, surgiram novos conflitos a partir de 2007, referentes à criação da RDS. Constatamos a existência de dois tipos de conflitos sociais: conflitos internos entre moradores das comunidades e conflitos entre as organizações que apoiam e as que desprezam as mobilizações.

a) Os conflitos internos são pouco visíveis entre os moradores das comunidades; de um lado, estão os protagonistas da criação da UC nas comunidades, principalmente em Aricuru e Espírito Santo, organizados em grupos de mobilização em prol do objetivo comum; de outro, os atores contrários à proposta, com uma atuação individual, sem articulação, quase invisíveis em comparação com os atores favoráveis, que declararam não conhecer e não perceber a existência de conflitos entre os moradores. Tais conflitos transparecem em conversas de vizinhos, durante as viagens que fazem à sede do município ou a outras comunidades e em eventos como reuniões comunitárias, encontros e Consulta Pública. Existe desinformação sobre o tema entre os moradores do campo. Dos 36 entrevistados, 13 afirmaram não conhecer a proposta, por não participarem dos encontros e reuniões, ou por não procurarem receber explicações melhores. Esses conflitos são pouco percebidos por uma das partes, no caso os atores que são a favor da UC, o que reforça a visão de conflito como uma interação entre atores, na qual pelo menos um deles vivencia a incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com o outro ator (Glasl, 1997). Esses aspectos do conflito foram reconhecidos em depoimentos, como mostrado a seguir: “Existem discussões por diferentes opiniões, conflito de ideias. Não sei explicar direito porque não apoiam. Mas já ouvi pessoas falarem aqui que é porque não entendem, não sabem o que é a proposta” (L. A., 30 anos, comunidade Nova Brasília): “É conflito de posicionamentos sobre criar ou não uma reserva no campo, mas não passam de conversas que não chegam a ser briga mesmo” (B. D., 48 anos, comunidade Espírito Santo). Algumas pessoas declararam não perceber a existência de conflitos. Os conflitos encontram-se num nível baixo de escalação, não acontecem confrontações diretas.

b) No segundo tipo de conflito, confrontam-se as organizações que apoiam as mobilizações e delas participam, de um lado, e as que são contra a proposta ou lhe são indiferentes, de outro: Nesse tipo de conflito, encontram-se em um lado a APEAGA, o CPP, a CPT e o STR de Maracanã. Foram as organizações que participaram das mobilizações nas comunidades e que desenvolveram uma ação coletiva que visou a proteção dos recursos naturais do Campo da Mangaba, tendo como foco a proposta de criar uma UC na área. No outro lado, situam-se a Colônia de Pescadores Z-7 de Maracanã e a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (Auremar), que não participaram efetivamente das mobilizações. Apenas a Auremar esteve presente na Consulta Pública, mesmo sendo contra a proposta da criação de uma outra UC no município. Segundo uma das lideranças, a organização está mais ligada ao uso dos recursos marinhos na REMM. Esse tipo de conflito não se revelou como um confron-

¹² Além da RDS Campo das Mangabas, foi criado o Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Padre Sérgio Tonetto, em Maracanã, uma pequena área de 339,28 hectares à margem da RDS (Pará, 2016).

to aberto, mas ficou explícita a existência de posicionamentos contrários originados dos interesses específicos de cada organização e de seus representantes. No caso da Colônia de Pescadores observou-se a indiferença quanto à proposta e à mobilização em curso. A interpretação, baseada na observação, e confirmada por relatos dos entrevistados, parte de uma concorrência em termos de poder entre as organizações ligadas ao uso dos recursos marinhos. Os representantes da Colônia consideraram desnecessária a criação de mais uma reserva.

Os conflitos aqui identificados ocorreram em esferas diferentes. O primeiro tipo deu-se entre pessoas da mesma comunidade e pessoas que habitam comunidades diferentes dentro do Campo da Mangaba. O segundo tipo abrange as organizações, tanto as que atuam apenas nas comunidades do Campo da Mangaba, como as que se engajam também em outras áreas do município de Maracanã. Esses conflitos resultaram dos diferentes interesses, tanto entre os atores individuais, quanto entre as organizações, favoráveis ou não à proposta da RDS. Os interesses das duas organizações (Colônia de Pescadores Z-7 e Auremar) referem-se principalmente à proteção do rio Maracanã e dos recursos marinhos. Mesmo não sendo visivelmente contra, essas duas organizações não mobilizaram esforços e têm reservas quanto à necessidade de criação de uma outra UC. Esses conflitos são analisados como concorrência. Nessa forma de conflito indireto, cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem se dirigir contra o outro, usando apenas as suas habilidades em termos de negociação ou de persuasão.

A própria mobilização desencadeia novos conflitos que, no entanto, ficam quase invisíveis, porque os adversários não lutam abertamente, e uma parte dos moradores declara simplesmente desconhecer a proposta. Como se trata de grupos desprivilegiados, isso pode ser considerado, parcialmente, uma maneira de não enfrentar o outro. Isso também se aplica também ao conflito entre organizações. Há ainda um conflito latente, institucional: a possível “sobreposição” de regras pela implantação de duas UC com, em parte, os mesmos usuários.

Os conflitos foram causados por diferentes posicionamentos e interesses dos atores, destacando-se: o acesso à informação, a compreensão do fenômeno social em questão, a participação nos eventos de mobilização e a avaliação da necessidade de uma outra UC e de mais regras. Glasl (1997) ressalta que o conflito não é resultante de apenas um fator. O autor segue uma abordagem socioecológica, rejeita um pensamento causal mecanicista no caso do conflito e enfatiza que o conflito depende de uma multiplicidade de fatores. Portanto, é difícil reduzir um conflito a uma só causa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi motivada pelo interesse na rara oportunidade de acompanhar uma mobilização de extrativistas para a criação de uma unidade de conservação e de conhecer os motivos deles e dos representantes das organizações locais para se engajar numa ação coletiva e apoiar essa iniciativa. Além dessa temática, estimulada pela afirmação de Melucci (1996) de que a mobilização está diretamente ligada a um processo de resistência num conflito social, interessamos pela relação entre conflito social e mobilização.

Constatamos que no Campo da Mangaba tem havido uma sucessão de diferentes conflitos sociais desde a década de 80. Nos casos analisados, mesclam-se as diferentes formas de conflito: direto e indireto (concorrência). A maioria dos conflitos não envolve confrontações diretas, trata-se de um nível baixo de escalação. Os conflitos marcados por uma revolta com reações dos extrativistas foram provocados pela devastação do Campo da Mangaba pela empresa Gelar e pelas proibições de um fazendeiro que não provou ser dono da terra.

Em decorrência desses conflitos sociais pelo uso dos recursos comuns e pela posse da terra, surgiu uma mobilização dos moradores do campo. Foi decisivo o conflito com o fazendeiro que impediu o acesso aos recursos naturais e seu uso. Contribuiu para a reação a constatação, por meio do Ibama, de que o Campo da Mangaba não estava efetivamente protegido, porque ficava fora da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã. As iniciativas partiram dos moradores das comunidades no campo e de organizações locais, na tentativa de conter os conflitos decorrentes dessa situação.

Como analisou Simmel (1983 [1908]), o conflito contribui para a coesão de pessoas e grupos em torno de um interesse ou objeto comum. No caso analisado, houve a união de um grupo de moradores em favor da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A própria mobilização desencadeou novos conflitos que reforçaram a luta do grupo de apoio. Assim, uma parte dos extrativistas, principalmente mulheres, começou a agir e assumiu, pela primeira vez, o papel de ator numa arena pública.

Os conflitos criaram um clima propício à reação, mas foi essencial a atuação de lideranças que desenvolveram um trabalho de vários anos, desde a chegada da CPT em Maracanã em 2000, até a emergência da mobilização, em 2007. Por meio desse trabalho, criou-se a coesão em um grupo de apoio ao projeto que se formou durante a realização de um mutirão para o replantio de árvores, como as mangabeiras, para manter “o campo vivo”.

A própria mobilização desencadeou novos conflitos ligados a oposições e diferentes interesses em relação à criação da reserva. No entanto, ficaram quase invisíveis, porque os adversários não lutaram abertamente, e uma parte dos moradores declarou simplesmente desconhecer a proposta.

Os resultados de nossa análise corroboram parcialmente as afirmações de Ferreira (2004, p. 48), para quem “[...] a organização social que promove a mudança [emerge] através dos conflitos em torno do uso de recursos naturais, e não da agregação de sujeitos ao redor de uma identidade ou projeto”. Porém, diferem do ponto de vista dessa autora na medida em que os atores do Campo da Mangaba mobilizaram-se para a realização de um projeto – a criação da RDS.

Ao final, a aprovação da proposta, em 20 de junho de 2016, encerra essa fase de mobilização, cuja conquista foi a garantia do acesso aos recursos. Outras ações coletivas fazem-se necessárias para criar uma associação e definir as novas regras para o Campo da Mangaba. Assim, podemos concluir que os conflitos (muitas vezes) contribuem para aumentar o bem-estar da coletividade, como afirmou Simmel.

Recebido em: 28/06/2016

Aprovado em: 20/03/2017

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. A. de (Org.). *Organização social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM)*. Brasília, DF: Instituto Internacional de Educação do Brasil. 2011. 93 p.

BARBOSA, J. E. C. *Gestão coletiva de bens comuns: regimes de propriedade e conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã*. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BARBOSA, J. E. C.; SCHMITZ, H. Populações e território: reservas extrativistas (RESEX) como instrumento de gestão e inclusão social - o caso da Reserva Extrativista Marinha (REM) de Maracanã, Pará. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., Ipojuca, PE. *Anais...* Ipojuca, PE: ALASRU, 2010.

BRASIL. *Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 14 maio 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CARDOSO, L. F. C. e; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da. Direitos entrelaçados: práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó - PA. *Campos - Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 9-20, 2010.

COSTA, J. N. *As novas regras do jogo para acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará*. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CUNHA, L. H. de O. *Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade*. São Paulo, [2001?]. 42p. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. (Org.). *Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FERNANDES, T. *É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a mulher e o extrativismo da mangaba*. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERREIRA, L. da C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. 7, n. 1, p. 47-66, jan./jun. 2004.

GLASL, F. *Konfliktmanagement*. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater. 4. ed. Bern: Stuttgart: Haupt, Freies Geistesleben, 1997. 464p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, n. 162, p. 1244-1248, 1968.

IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 28 maio 2014.

LIMA, M. V. da C.; BORDALO, C. A. L.; PIMENTEL, M. A. da S. Unidade de paisagem de uso territorial como base de planejamento para Reserva Extrativista Marinha. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA - SBGFA, 13., 2009, Viçosa. *Anais...* Viçosa: UFV, 2009. 6p. Resumo expandido.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

LOBÃO, R. J. da S. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

MAIA NETO, G. A. Área circundante e zona de amortecimento das unidades de conservação da natureza: institutos jurídicos distintos? *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2518, maio 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14899>>. Acesso em: 9 maio 2016.

MATTOS, F. F. de. Unidades de conservação, turismo e inclusão social: o caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-834-588-20080517142534.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

- MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 441p.
- MELUCCI, A. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p.41-63.
- MOREIRA, E. do S. S. *Movimento Social Amazônico em Defesa de Territórios e de Modos de Vida Rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu*. 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Université Paris 13, Belém, Paris, 2008.
- MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (eds.). *A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo*. Belém: Embrapa, 2011. 303p.
- MOURA, J. R. *A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e as mudanças no modo de vida dos moradores de Travosa*. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- OLIVEIRA, M. C. S; PEREIRA, N. G. P.; PAES, J. V. A. de S. *Parecer técnico da visita efetuada à Área denominada Campo de Mangaba*. Belém: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2007. 10 p.
- OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965. 186 p.
- PARÁ. Decreto nº 1.567, de 17 de junho de 2016. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, ambas no Município de Maracanã e dá outras providências. *Diário Oficial do Pará*, Belém, v. 126, n. 33.151, p. 6-7, 20 jun. 2016.
- PARÁ. *Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “Campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA*. Benjamin Carlos Ferreira... [et al.]. – Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013. 118 p.
- PERES, A. da C. *Estudo antropológico de uma comunidade de abrangência da reserva extrativista Marinha de Caeté Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)*. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- PINTO, S. S. R. *Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA*. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- PORRO, N. M.; MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômica*, Campina Grande, v. 30, n. 2, p. 111-126, jul.-dez. 2010.
- SCHMITZ, H.; BARBOSA, J. E. C.; COSTA, J. N.; SILVA JÚNIOR, S. R. da. *Relatório da I Excursão das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense*. Belém: IFCH/UFPA, 2010b. 24 p.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. *Relatório da terceira expedição da mangaba (Pará)*. Belém: UFPA/Embrapa Amazônia Oriental/Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007. 29 p.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; JESUS, N. B. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, v. 16, n. 1, p. 157-178, jan.-jun. 2010a.
- SILVA JÚNIOR, S. R. da; SIQUEIRA, D.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 13, n. 477, p. 1-11, 2014.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-164. Original: 1908.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009. 319 p. Original: 1998.
- TILLY, C. Introduction. In: TILLY, L. A.; TILLY, C. (Ed.). *Class conflict and collective action*. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.